



ESTADO DO PARÁ
CONSELHO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 01018

O Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em sessão plenária realizada no dia 25 de junho de 1987,

CONSIDERANDO proposição apresentada pelo Exmo. Sr. Conselheiro Presidente e aprovada por votação unânime,

RESOLVE:

I - Designar uma Comissão constituída dos Exmos. Srs. Conselheiros Lecyr Riudades, Paulo Dourado e Laudelino Pinto Soares para, sob a presidência do primeiro, analisar as implicações, para as atividades do Conselho, da decisão do Supremo Tribunal Federal que julgou procedente a Representação 1.359-6 e declarou a inconstitucionalidade do art. 46 e seu parágrafo único da Lei nº 5.033, de 18.06.1982, na redação da Lei nº 5.292, de 17.12.1985, do Estado do Pará, decisão essa de 28 de maio de 1987, publicada no Diário Oficial da União de 2 de junho de 1987;

II - Atribuir competência à referida Comissão para adotar todas as providências necessárias ao bom desempenho da tarefa que lhe está sendo atribuída.

-cont-



ESTADO DO PARÁ
CONSELHO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 01018

-02-

Sala das sessões do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 25 de junho de 1987.

[Signature]
Conselheiro LECYR RIODADES
Presidente

[Signature]
Conselheiro HAROLDO JULIANO DA GAMA

[Signature]
Conselheiro PAULO DOURADO

[Signature]
Conselheiro LAUDELLINO PINTO SOARES

[Signature]
Conselheiro LORIVAL MAGALHÃES

Conselheiro LAÉRCIO FRANCO

Foi presente: Procurador-Chefe Alcides Alcântara